

Bruxelas, 2 de maio de 2022
(OR. en)

8634/22

PUBLIC 26
INF 63

NOTA

Assunto: LISTA MENSAL DOS ATOS DO CONSELHO – FEVEREIRO DE 2022

O presente documento contém uma lista dos atos¹ adotados pelo Conselho em fevereiro de 2022²³.
Contém informações sobre a adoção dos atos legislativos, nomeadamente:

- a data de adoção,
- a reunião correspondente do Conselho,
- o número do documento adotado,
- a referência do Jornal Oficial,
- referência à ata da sessão do Conselho em que o ato foi adotado.

¹ A fim de facilitar as remissões, são também indicados os "títulos abreviados", como mencionados nas ordens do dia do Conselho (ver em *itálico*).

² No caso dos atos legislativos adotados pelo processo legislativo ordinário, pode existir uma diferença entre a data da reunião do Conselho em que o ato legislativo foi adotado e a data efetiva do ato em questão, na medida em que os atos legislativos abrangidos por esse processo só são considerados adotados depois de assinados pelo presidente do Conselho e pela presidente do Parlamento Europeu, bem como pelos secretários-gerais das duas instituições.

³ Com exceção de determinados atos de alcance limitado, tais como decisões processuais, nomeações, decisões orçamentais pontuais, etc., salvo se tiverem sido adotados por procedimento escrito.

O presente documento está igualmente disponível no sítio Web do Conselho, no endereço:

[Listas mensais dos atos do Conselho \(atos\) – Consilium](#)

Os documentos referidos na lista podem ser obtidos no registo público de documentos do Conselho, no endereço: [Documentos e publicações – Consilium](#).

Caso não estejam diretamente disponíveis, pode ser apresentado um pedido de acesso aos documentos em:

<https://www.consilium.europa.eu/pt/documents-publications/public-register/request-document-form/>

Note-se que o presente documento tem carácter exclusivamente informativo – só as atas do Conselho fazem fé. Estas estão disponíveis no sítio Web do Conselho, no endereço: [Atas do Conselho – Consilium](#).

INFORMAÇÃO SOBRE OS ATOS ADOTADOS PELO CONSELHO EM FEVEREIRO DE 2022

3846.^a reunião do Conselho da União Europeia (Agricultura e Pescas), realizada em Bruxelas a 21 de fevereiro de 2022
(Ata: 6448/22 + ADD 1)

ATOS NÃO LEGISLATIVOS

ATO	DOCUMENTO
<i>Decisão do Conselho relativa à celebração do Protocolo de Aplicação do Acordo de Parceria no Domínio da Pesca com o Gabão</i> Decisão do Conselho relativa à celebração, em nome da União Europeia, do Protocolo de Aplicação do Acordo de Parceria no Domínio da Pesca entre a República Gabonesa e a Comunidade Europeia (2021-2026)	9172/21
<i>Decisão do Conselho que autoriza a abertura de negociações com a Islândia, a Noruega, a Suíça e o Listenstaine tendo em vista a celebração de acordos sobre normas complementares relativas ao IGFV</i> Recomendação de decisão do Conselho que autoriza a abertura de negociações com a República da Islândia, o Reino da Noruega, a Confederação Suíça e o Principado do Listenstaine tendo em vista a celebração de acordos entre a União Europeia e esses países sobre normas complementares relativas ao Instrumento de Apoio Financeiro à Gestão das Fronteiras e à Política de Vistos, no âmbito do Fundo de Gestão Integrada das Fronteiras	5981/1/22 REV1

3847.ª reunião do Conselho da União Europeia (Negócios Estrangeiros), realizada em Bruxelas a 21 de fevereiro de 2022
(Ata: 6450/22 + ADD 1)

ATOS LEGISLATIVOS	
ATO	DOCUMENTO
<i>Decisão que concede assistência macrofinanceira à Ucrânia</i> Decisão (UE) 2022/313 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de fevereiro de 2022, que concede assistência macrofinanceira à Ucrânia JO L 55 de 28.2.2022, pp. 4-11	5/1/22 REV 1
ATOS NÃO LEGISLATIVOS	
ATO	DOCUMENTO
<i>Decisão e Regulamento de Execução do Conselho que impõem medidas restritivas contra o EIIL (Daexe) e a Alcaida e pessoas, grupos, empresas e entidades a eles associados</i> Decisão (PESC) 2022/240 do Conselho, de 21 de fevereiro de 2022, que altera a Decisão (PESC) 2016/1693 que impõe medidas restritivas contra o EIIL (Daexe) e a Alcaida e pessoas, grupos, empresas e entidades a eles associados JO L 40 de 21.2.2022, pp. 21-22	5675/22
Regulamento de Execução (UE) 2022/235 do Conselho, de 21 de fevereiro de 2022, que dá execução ao Regulamento (UE) 2016/1686 que impõe medidas restritivas adicionais dirigidas ao EIIL (Daexe) e à Alcaida e a pessoas singulares e coletivas, entidades ou organismos a eles associados JO L 40 de 21.2.2022, pp. 1-2	5677/22
Aviso à atenção das pessoas e dos grupos sujeitos às medidas restritivas previstas na Decisão (PESC) 2016/1693 do Conselho, com a redação que lhe foi dada pela Decisão (PESC) 2022/240 do Conselho, e no Regulamento (UE) 2016/1686 do Conselho, executado pelo Regulamento de Execução (UE) 2022/235 do Conselho, que impõem medidas restritivas adicionais dirigidas ao EIIL (Daexe) e à Alcaida e a pessoas singulares e coletivas, entidades ou organismos a eles associados JO C 85I de 22.2.2022, pp. 1-2	5678/22

Aviso à atenção dos titulares de dados a quem são aplicáveis as medidas restritivas previstas na Decisão (PESC) 2016/1693 do Conselho e no Regulamento (UE) 2016/1686 do Conselho, que impõem medidas restritivas adicionais dirigidas ao EUIL (Daexe) e à Alcaida e a pessoas singulares e coletivas, entidades ou organismos a eles associados JO C 85I de 22.2.2022, pp. 3-4	5678/22
<i>Decisão e Regulamento de Execução do Conselho que impõem medidas restritivas no que diz respeito a ações que comprometam ou ameacem a integridade territorial, a soberania e a independência da Ucrânia</i> Decisão (PESC) 2022/241 do Conselho, de 21 de fevereiro de 2022, que altera a Decisão 2014/145/PESC que impõe medidas restritivas no que diz respeito a ações que comprometam ou ameacem a integridade territorial, a soberania e a independência da Ucrânia JO L 40 de 21.2.2022, pp. 23-25	5713/22
Regulamento de Execução (UE) 2022/236 do Conselho, de 21 de fevereiro de 2022, que dá execução ao Regulamento (UE) n.º 269/2014 que impõe medidas restritivas no que diz respeito a ações que comprometam ou ameacem a integridade territorial, a soberania e a independência da Ucrânia JO L 40 de 21.2.2022, pp. 3-5	5715/22
Aviso à atenção das pessoas sujeitas às medidas restritivas previstas na Decisão 2014/145/PESC do Conselho, com a redação que lhe foi dada pela Decisão (PESC) 2022/241 do Conselho, e no Regulamento (UE) n.º 269/2014 do Conselho, executado pelo Regulamento de Execução (UE) 2022/236 do Conselho, que impõem medidas restritivas no que diz respeito a ações que comprometam ou ameacem a integridade territorial, a soberania e a independência da Ucrânia JO C 85I de 22.2.2022, pp. 7-7	5717/22
Aviso à atenção dos titulares de dados a quem são aplicáveis as medidas restritivas previstas na Decisão 2014/145/PESC do Conselho e no Regulamento (UE) n.º 269/2014 do Conselho que impõem medidas restritivas no que diz respeito a ações que comprometam ou ameacem a integridade territorial, a soberania e a independência da Ucrânia JO C 85I de 22.2.2022, pp. 8-9	5717/22
<i>Decisão do Conselho que altera a Decisão (PESC) 2018/907 que prorroga o mandato do representante especial da União Europeia para o Sul do Cáucaso e a crise na Geórgia</i> Decisão (PESC) 2022/251 do Conselho de 21 de fevereiro de 2022 que altera a Decisão (PESC) 2018/907 que prorroga o mandato do representante especial da União Europeia para o Sul do Cáucaso e a crise na Geórgia JO L 41 de 22.2.2022, pp. 31-32	14856/21

<i>Decisão de Execução e Regulamento de Execução do Conselho que impõem medidas restritivas contra a Síria</i> Decisão de Execução (PESC) 2022/242 do Conselho, de 21 de fevereiro de 2022, que dá execução à Decisão 2013/255/PESC que impõe medidas restritivas contra a Síria JO L 40 de 21.2.2022, pp. 26-27	6111/22
Regulamento de Execução (UE) 2022/237 do Conselho, de 21 de fevereiro de 2022, que dá execução ao Regulamento (UE) n.º 36/2012 que impõe medidas restritivas tendo em conta a situação na Síria JO L 40 de 21.2.2022, pp. 6-7	6113/22
Aviso à atenção das pessoas sujeitas às medidas restritivas previstas na Decisão 2013/255/PESC do Conselho, executada pela Decisão de Execução do Conselho (PESC) 2022/242 do Conselho, e no Regulamento (UE) n.º 36/2012 do Conselho, executado pelo Regulamento de Execução (UE) 2022/237 do Conselho, que impõem medidas restritivas tendo em conta a situação na Síria JO C 85I de 22.2.2022, pp. 10-10	6114/22
Aviso à atenção dos titulares de dados sujeitos às medidas restritivas previstas na Decisão 2013/255/PESC do Conselho e no Regulamento (UE) n.º 36/2012 do Conselho, que impõem medidas restritivas tendo em conta a situação na Síria JO C 85I de 22.2.2022, pp. 11-11	6114/22
Decisão do Conselho relativa à assinatura e à aplicação provisória do Acordo entre a União Europeia e a República Popular do Bangladesh sobre certos aspetos dos serviços aéreos (versão em língua irlandesa)	12911/15
<i>Decisão, Regulamento de Execução e Regulamento do Conselho que impõem medidas restritivas tendo em conta a situação em Mianmar/Birmânia</i> Decisão (PESC) 2022/243 do Conselho, de 21 de fevereiro de 2022, que altera a Decisão 2013/184/PESC que impõe medidas restritivas tendo em conta a situação em Mianmar/Birmânia JO L 40 de 21.2.2022, pp. 28-39	5700/22
Regulamento de Execução (UE) 2022/239 do Conselho, de 21 de fevereiro de 2022, que dá execução ao Regulamento (UE) n.º 401/2013 relativo a medidas restritivas tendo em conta a situação em Mianmar/Birmânia JO L 40 de 21.2.2022, pp. 10-20	5702/22
Regulamento (UE) 2022/238 do Conselho, de 21 de fevereiro de 2022, que altera o Regulamento (UE) n.º 401/2013 relativo a medidas restritivas tendo em conta a situação em Mianmar/Birmânia JO L 40 de 21.2.2022, pp. 8-9	6258/22

Aviso à atenção das pessoas sujeitas às medidas restritivas previstas na Decisão 2013/184/PESC do Conselho, com a redação que lhe foi dada pela Decisão (PESC) 2022/243 do Conselho, e no Regulamento (UE) n.º 401/2013, executado pelo Regulamento de Execução (UE) 2022/239 do Conselho, relativos a medidas restritivas tendo em conta a situação em Mianmar/Birmânia JO C 85I de 22.2.2022, pp. 5-5	5709/22
Aviso à atenção dos titulares de dados a quem se aplica as medidas restritivas previstas na Decisão 2013/184/PESC do Conselho e no Regulamento (UE) n.º 401/2013 do Conselho que impõem medidas restritivas tendo em conta a situação em Mianmar/Birmânia JO C 85I de 22.2.2022, pp. 6-6	5709/22
3848.ª reunião do Conselho da União Europeia (Negócios Estrangeiros), realizada em Bruxelas a 22 de fevereiro de 2022 (Ata: 6452/22 + ADD 1)	
ATOS NÃO LEGISLATIVOS	
ATO	DOCUMENTO
Decisão relativa à mobilização do FEG (EGF/2022/000 TA 2022 – Assistência técnica por iniciativa da Comissão)	5875/22
Decisão relativa à mobilização do FEG (EGF/2021/006 ES/Cataluña automotive)	5872/22
<i>Recomendação do Conselho que altera a Recomendação (UE) 2020/912 do Conselho relativa à restrição temporária das viagens não indispensáveis para a UE e ao eventual levantamento de tal restrição</i> Recomendação (UE) 2022/290 do Conselho, de 22 de fevereiro de 2022, que altera a Recomendação (UE) 2020/912 do Conselho relativa à restrição temporária das viagens não indispensáveis para a UE e ao eventual levantamento de tal restrição JO L 43 de 24.2.2022, pp. 79-83	6159/22

3849.ª reunião do Conselho (Competitividade (Mercado Interno, Indústria, Investigação e Espaço)), realizada em Bruxelas a 24 de fevereiro de 2022

(Ata: 6625/22 + ADD 1)

ATOS LEGISLATIVOS

ATO	DOCUMENTO
<i>Regulamento que altera o Regulamento (UE) 2020/1429 relativo à aplicação de taxas de utilização da infraestrutura ferroviária</i> Regulamento (UE) 2022/312 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de fevereiro de 2022, que altera o Regulamento (UE) 2020/1429 no que respeita à duração do período de referência para a aplicação de medidas temporárias relativas à aplicação de taxas de utilização da infraestrutura ferroviária (Texto relevante para efeitos do EEE) JO L 55 de 28.2.2022, pp. 1-3	3/1/22 REV 1
<i>Posição do Conselho sobre o projeto de orçamento retificativo n.º 1 do orçamento geral para 2022 (impacto no orçamento de 2022 do ajustamento do QFP 2024-2027)</i> Decisão do Conselho, de 24 de fevereiro de 2022, que adota a posição do Conselho sobre o projeto de orçamento retificativo n.º 1 da União Europeia para o exercício de 2022 (2022/C 102 I/03) JO C 102 de 2.3.2022, pp. 3-4	6023/22
ATOS NÃO LEGISLATIVOS	
<i>Decisão do Conselho que prorroga novamente a derrogação temporária ao Regulamento Interno do Conselho introduzida pela Decisão (UE) 2020/430 tendo em conta as dificuldades de deslocação causadas pela pandemia COVID-19 na União</i> Decisão (UE) 2022/321 do Conselho, de 24 de fevereiro de 2022, que prorroga novamente a derrogação temporária ao Regulamento Interno do Conselho introduzida pela Decisão (UE) 2020/430 tendo em conta as dificuldades de deslocação causadas pela pandemia COVID-19 na União JO L 55 de 28.2.2022, pp. 45-46	6273/22

<i>Decisão de Execução e Regulamento de Execução do Conselho que impõem medidas restritivas tendo em conta a situação na Síria – retirada da lista</i> Decisão de Execução (PESC) 2022/306 do Conselho, de 24 de fevereiro de 2022, que dá execução à Decisão 2013/255/PESC que impõe medidas restritivas contra a Síria JO L 46 de 25.2.2022, pp. 95-96	10411/21
Regulamento de Execução (UE) 2022/299 do Conselho, de 24 de fevereiro de 2022, que dá execução ao Regulamento (UE) n.º 36/2012 que impõe medidas restritivas tendo em conta a situação na Síria JO L 46 de 25.2.2022, pp. 1-2	10413/21
<i>Decisão e Regulamento de Execução do Conselho que impõem medidas restritivas tendo em conta a situação na Bielorrússia</i> Decisão (PESC) 2022/307 do Conselho, de 24 de fevereiro de 2022, que altera a Decisão 2012/642/PESC que impõe medidas restritivas tendo em conta a situação na Bielorrússia JO L 46 de 25.2.2022, pp. 97-124	5976/22
Regulamento de Execução (UE) 2022/300 do Conselho, de 24 de fevereiro de 2022, que dá execução ao artigo 8.º-A do Regulamento (CE) n.º 765/2006 que impõe medidas restritivas tendo em conta a situação na Bielorrússia JO L 46 de 25.2.2022, pp. 3-30	5978/22
Aviso à atenção das pessoas e entidades sujeitas às medidas restritivas previstas na Decisão 2012/642/PESC do Conselho e no Regulamento (CE) n.º 765/2006 do Conselho que impõem medidas restritivas tendo em conta a situação na Bielorrússia JO C 92 de 25.2.2022, pp. 7-7	5979/22
Aviso à atenção dos titulares de dados a que se aplicam as medidas restritivas previstas na Decisão 2012/642/PESC do Conselho e no Regulamento (CE) n.º 765/2006 do Conselho que impõem medidas restritivas tendo em conta a situação na Bielorrússia JO C 92 de 25.2.2022, pp. 8-9	5979/22

Reunião extraordinária do Conselho da União Europeia (Negócios Estrangeiros), realizada em Bruxelas a 25 de fevereiro de 2022 (Ata: 6890/22 + ADD 1)	
ATOS NÃO LEGISLATIVOS	
ATO	DOCUMENTO
Decisão e Regulamento do Conselho que impõem medidas restritivas tendo em conta as ações da Rússia que desestabilizam a situação na Ucrânia Decisão (PESC) 2022/327 do Conselho, de 25 de fevereiro de 2022, que altera a Decisão 2014/512/PESC que impõe medidas restritivas tendo em conta as ações da Rússia que desestabilizam a situação na Ucrânia JO L 48 de 25.2.2022, pp. 1-16	6553/22
Regulamento (UE) 2022/328 do Conselho, de 25 de fevereiro de 2022, que altera o Regulamento (UE) n.º 833/2014 que impõe medidas restritivas tendo em conta as ações da Rússia que desestabilizam a situação na Ucrânia JO L 49 de 25.2.2022, pp. 1-140	6561/22
Decisão (PESC) 2022/329 do Conselho, de 25 de fevereiro de 2022, que altera a Decisão 2014/145/PESC que impõe medidas restritivas no que diz respeito a ações que comprometam ou ameacem a integridade territorial, a soberania e a independência da Ucrânia JO L 50 de 25.2.2022, pp. 1-3	6557/22
Decisão (PESC) 2022/331 do Conselho, de 25 de fevereiro de 2022, que altera a Decisão 2014/145/PESC que impõe medidas restritivas no que diz respeito a ações que comprometam ou ameacem a integridade territorial, a soberania e a independência da Ucrânia JO L 52 de 25.2.2022, pp. 1-44	6565/22
Regulamento de Execução (UE) 2022/332 do Conselho, de 25 de fevereiro de 2022, que dá execução ao Regulamento (UE) n.º 269/2014 que impõe medidas restritivas no que diz respeito a ações que comprometam ou ameacem a integridade territorial, a soberania e a independência da Ucrânia JO L 53 de 25.2.2022, pp. 1-44	6567/22

Regulamento (UE) 2022/330 do Conselho, de 25 de fevereiro de 2022, que altera o Regulamento (UE) n.º 269/2014 que impõe medidas restritivas no que diz respeito a ações que comprometam ou ameacem a integridade territorial, a soberania e a independência da Ucrânia JO L 51 de 25.2.2022, pp. 1-2	6559/22
Aviso à atenção das pessoas, entidades e organismos sujeitos às medidas restritivas previstas na Decisão 2014/145/PESC do Conselho, com a redação que lhe foi dada pela Decisão (PESC) 2022/331 do Conselho, e no Regulamento (UE) n.º 269/2014 do Conselho, executado pelo Regulamento de Execução (UE) 2022/332 do Conselho, que impõem medidas restritivas no que diz respeito a ações que comprometam ou ameacem a integridade territorial, a soberania e a independência da Ucrânia JO C 98 de 28.2.2022, pp. 1-2	6605/22
Aviso à atenção dos titulares de dados a quem são aplicáveis as medidas restritivas previstas na Decisão 2014/145/PESC do Conselho e no Regulamento (UE) n.º 269/2014 do Conselho que impõem medidas restritivas no que diz respeito a ações que comprometam ou ameacem a integridade territorial, a soberania e a independência da Ucrânia JO C 98 de 28.2.2022, pp. 3-4	6605/22
Decisão do Conselho sobre a suspensão parcial da aplicação do Acordo com a Federação da Rússia sobre a facilitação da emissão de vistos Decisão (UE) 2022/333 do Conselho, de 25 de fevereiro de 2022, sobre a suspensão parcial da aplicação do Acordo entre a Comunidade Europeia e a Federação da Rússia sobre a facilitação da emissão de vistos aos cidadãos da União Europeia e da Federação da Rússia JO L 54 de 25.2.2022, pp. 1-3	6622/22

Procedimentos escritos	
Procedimento escrito concluído em 1 de fevereiro de 2022	CM 1497/22
Posição a tomar, em nome da União Europeia, no Conselho Internacional do Café no que respeita à nomeação da nova diretora executiva da Organização Internacional do Café	5414/22 + COR1 + COR2
Procedimento escrito concluído em 1 de fevereiro de 2022	CM 1373/22
Acesso do público aos documentos – Pedido confirmativo n.º 43/c/02/21	
Declaração dos Países Baixos, da Finlândia e da Suécia Os Países Baixos, a Finlândia e a Suécia não podem concordar com a fundamentação do projeto de resposta ao pedido confirmativo n.º 43/c/02/21 segundo a qual a divulgação integral dos documentos solicitados prejudicaria específica e efetivamente a proteção do interesse público no que respeita às relações internacionais, uma vez que partes dos documentos solicitados se baseiam em informações públicas. Os Países Baixos, a Finlândia e a Suécia consideram que as partes dos documentos que se baseiam em informações públicas devem ser divulgadas.	
Procedimento escrito concluído em 2 de fevereiro de 2022	CM 1535/22
Regulamento delegado (UE) .../... da Comissão, de 15.12.2021, que altera o Regulamento (CEE) n.º 95/93 do Conselho no que respeita à prorrogação das medidas de isenção temporária das regras de utilização das faixas horárias devido à crise de COVID-19	15170/21
Procedimento escrito concluído em 2 de fevereiro de 2022	CM 138922
Acesso do público aos documentos – Pedido confirmativo n.º 44/c/01/21	5023/22
Procedimentos escritos concluído em 3 de fevereiro de 2022	CM 1362/1/22 REV 1
<i>Ação da União Europeia destinada a apoiar a evacuação de determinadas pessoas particularmente vulneráveis do Afeganistão</i> Decisão (PESC) 2022/151 do Conselho, de 3 de fevereiro de 2022, relativa a uma ação da União Europeia destinada a apoiar a evacuação de determinadas pessoas particularmente vulneráveis do Afeganistão JO L 25 de 4.2.2022, pp. 11-12	5134/22

Declaração da República Federal da Alemanha a exarar em ata A Alemanha concorda com a decisão do Conselho relativa a uma ação da União Europeia destinada a apoiar a evacuação de determinadas pessoas particularmente vulneráveis do Afeganistão (5134/22). A decisão regula o refinanciamento dos custos incorridos pelos Estados-Membros da UE para apoiar e permitir a evacuação das forças afegãs locais da UE. A avaliação de casos individuais continua a ser da responsabilidade de cada Estado-Membro, que continuará a aplicar os respetivos critérios nacionais para o acolhimento de pessoas em risco para este efeito. A decisão de prestar apoio financeiro através do orçamento da UE não implica qualquer obrigação legal de identificar e acolher forças locais em conformidade com os critérios da UE. Cada Estado-Membro é livre de aplicar os seus próprios critérios ou os critérios da decisão do Conselho.	
<i>Decisão e Regulamento do Conselho que instituem medidas restritivas contra certas pessoas, grupos, empresas e entidades tendo em conta a situação no Afeganistão</i> Decisão (PESC) 2022/153 do Conselho, de 3 de fevereiro de 2022, que altera a Decisão 2011/486/PESC, que institui medidas restritivas contra certas pessoas, grupos, empresas e entidades tendo em conta a situação no Afeganistão JO L 25 de 4.2.2022, pp. 17-17	5281/22
Regulamento (UE) 2022/148 do Conselho, de 3 de fevereiro de 2022, que altera o Regulamento (UE) n.º 753/2011 do Conselho que institui medidas restritivas contra certas pessoas, grupos, empresas e entidades tendo em conta a situação no Afeganistão JO L 25 de 4.2.2022, pp. 5-6	5283/22
<i>Decisão e Regulamento de Execução do Conselho relativos a medidas restritivas de combate ao terrorismo – Posição Comum 2001/931/PESC – Revisão</i> Decisão (PESC) 2022/152 do Conselho, de 3 de fevereiro de 2022, que atualiza a lista de pessoas, grupos e entidades a que se aplicam os artigos 2.º, 3.º e 4.º da Posição Comum 2001/931/PESC relativa à aplicação de medidas específicas de combate ao terrorismo, e que revoga a Decisão (PESC) 2021/1192 JO L 25 de 4.2.2022, pp. 13-16	5223/22
Regulamento de Execução (UE) 2022/147 do Conselho, de 3 de fevereiro de 2022, que dá execução ao artigo 2.º, n.º 3, do Regulamento (CE) n.º 2580/2001 relativo a medidas restritivas específicas de combate ao terrorismo dirigidas contra determinadas pessoas e entidades, e que revoga o Regulamento de Execução (UE) 2021/1188 JO L 25 de 4.2.2022, pp. 1-4	5225/22

Aviso à atenção das pessoas, grupos e entidades incluídos na lista a que se aplicam os artigos 2.º, 3.º e 4.º da Posição Comum 2001/931 PESC do Conselho, relativa à aplicação de medidas específicas de combate ao terrorismo, atualizada pela Decisão (PESC) 2022/152 do Conselho, e o artigo 2.º, n.º 3, do Regulamento (CE) n.º 2580/2001 do Conselho, relativo a medidas restritivas específicas de combate ao terrorismo dirigidas contra determinadas pessoas e entidades, executado pelo Regulamento de Execução (UE) 2022/147 do Conselho JO C 62 de 4.2.2022, pp. 11-12	5234/2/22 REV 2
Aviso à atenção dos titulares de dados incluídos na lista das pessoas, grupos e entidades a que se aplicam os artigos 2.º, 3.º e 4.º da Posição Comum 2001/931 PESC do Conselho, relativa à aplicação de medidas específicas de combate ao terrorismo, atualizada pela Decisão (PESC) 2022/152 do Conselho, e o artigo 2.º, n.º 3, do Regulamento (CE) n.º 2580/2001 do Conselho, relativo a medidas restritivas específicas de combate ao terrorismo dirigidas contra determinadas pessoas e entidades, executado pelo Regulamento de Execução (UE) 2022/147 do Conselho JO C 62 de 4.2.2022, pp. 13-13	5234/2/22 REV 2
<i>Decisão e Regulamento do Conselho que instituem medidas restritivas contra certas pessoas e entidades tendo em conta a situação na Tunísia</i> Decisão (PESC) 2022/154 do Conselho, de 3 de fevereiro de 2022, que altera a Decisão 2011/72/PESC que institui medidas restritivas contra certas pessoas e entidades tendo em conta a situação na Tunísia JO L 25 de 4.2.2022, pp. 18-19	5358/22
Regulamento (UE) 2022/149 do Conselho, de 3 de fevereiro de 2022, que altera o Regulamento (UE) n.º 101/2011 que institui medidas restritivas contra certas pessoas, entidades e organismos tendo em conta a situação na Tunísia JO L 25 de 4.2.2022, pp. 7-8	5360/22

Procedimento escrito concluído em 4 de fevereiro de 2022	CM 1595/22
Intenção da Comissão de assinar, em nome da UE, a declaração "A Vision for Integrated Water Management in Our Shared Basin: Building a Sustainable Future in the Danube River Basin" [Uma visão para a gestão integrada dos recursos hídricos na nossa bacia partilhada: Construir um futuro sustentável na bacia hidrográfica do Danúbio]	5621/22
Procedimento escrito concluído em 4 de fevereiro de 2022	CM 1588/22
Transferência de dotações n.º DEC 01/2022 dentro da Secção III – Comissão – do orçamento geral para o exercício de 2022, como proposto pela Comissão	5064/22
<i>Decisão do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à mobilização do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização a favor dos Trabalhadores Despedidos (FEG) na sequência de uma candidatura da França – EGF/2021/005 FR/Airbus</i> Decisão (UE) 2022/359 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de fevereiro de 2022, relativa à mobilização do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização a favor dos Trabalhadores Despedidos (FEG) na sequência de uma candidatura da França – EGF/2021/005 FR/Airbus JO L 68 de 3.3.2022, pp. 15-16	5587/22
Procedimento escrito concluído em 4 de fevereiro de 2022	CM 1513/22
<i>Decisão do Conselho que altera a Decisão (PESC) 2017/1775 que impõe medidas restritivas tendo em conta a situação no Mali</i> Decisão (PESC) 2022/157 do Conselho, de 4 de fevereiro de 2022, que altera a Decisão (PESC) 2017/1775 que impõe medidas restritivas tendo em conta a situação no Mali JO L 25I de 4.2.2022, pp. 7-16	5705/22
Regulamento de Execução (UE) 2022/156 do Conselho, de 4 de fevereiro de 2022, que dá execução ao artigo 12.º, n.º 2, do Regulamento (UE) 2017/1770 que impõe medidas restritivas tendo em conta a situação no Mali JO L 25I de 4.2.2022, pp. 1-6	5707/22
Aviso à atenção das pessoas sujeitas às medidas restritivas previstas na Decisão (PESC) 2017/1775, com a redação que lhe foi dada pela Decisão (PESC) 2022/157 do Conselho, e no Regulamento (UE) 2017/1770 do Conselho, executado pelo Regulamento de Execução (UE) 2022/156 do Conselho, que impõem medidas restritivas tendo em conta a situação no Mali JO C 63I de 7.2.2022, pp. 1-2	5708/22

Aviso à atenção dos titulares de dados a quem se aplicam as medidas restritivas previstas na Decisão (PESC) 2017/1775 do Conselho e no Regulamento (UE) 2017/1770 do Conselho, que impõem medidas restritivas tendo em conta a situação no Mali JO C 631 de 7.2.2022, pp. 3-3	5708/22 + COR 1
Procedimento escrito concluído em 4 de fevereiro de 2022	CM 1383/22
<i>Medidas restritivas tendo em conta a situação dos direitos humanos no Irão – Notificações prévias</i> Projeto de exposições de motivos alteradas previstas	5584/22
Cartas individuais de notificação prévia	5584/22
Aviso à atenção de determinadas pessoas sujeitas às medidas restritivas previstas na Decisão 2011/235/PESC do Conselho e no Regulamento (UE) n.º 359/2011 do Conselho, que impõem medidas restritivas contra determinadas pessoas e entidades tendo em conta a situação no Irão JO C 63 de 7.2.2022, pp. 4-4	5584/22
Procedimento escrito concluído em 7 de fevereiro de 2022	CM 1602/22
<i>Declaração sobre o respeito pela vida privada e a proteção dos dados pessoais entre a União Europeia e os países do Indo-Pacífico</i> Autorização para negociar um instrumento não vinculativo	5796/22
Procedimento escrito concluído em 7 de fevereiro de 2022	CM 1555/22
Regulamento Delegado (UE) .../... da Comissão, de 14 de dezembro de 2021, que altera o anexo VII da Diretiva (UE) 2018/2001 no respeitante a uma metodologia de cálculo da quantidade de energia renovável utilizada para o arrefecimento e o arrefecimento urbano Decisão de solicitar uma prorrogação do prazo	15050/21 + ADD 1
Procedimento escrito concluído em 7 de fevereiro de 2022	CM 1523/22
Conselho UE-EUA para a Energia – declaração conjunta Aprovação	5939/1/22 REV 1
Procedimento escrito concluído em 8 de fevereiro de 2022	CM 1452/22
<i>Burundi – Artigo 96.º do Acordo de Cotonu</i> – Decisão (UE) 2022/177 do Conselho, de 8 de fevereiro de 2022, que revoga, em nome da União, a Decisão (UE) 2016/394 JO L 29 de 10.2.2022, pp. 6-7	5535/22

Decisão (UE) 2022/178 do Conselho, de 8 de fevereiro de 2022, que revoga, em nome dos representantes dos Governos dos Estados-Membros, reunidos no Conselho, a Decisão (UE) 2016/394 do Conselho JO L 29 de 10.2.2022, pp. 8-9	5536/22
Procedimento escrito concluído em 10 de fevereiro de 2022	CM 1672/22
Projeto de ordem do dia do 26.º Conselho Conjunto e reunião ministerial UE-CCG (Bruxelas, 21 de fevereiro de 2022)	5891/1/22 REV1
Procedimento escrito concluído em 10 de fevereiro de 2022	CM 1622/22
<i>Decisão de Execução e Regulamento de Execução do Conselho que impõem medidas restritivas tendo em conta a situação na Líbia</i> Decisão de Execução (PESC) 2022/189 do Conselho, de 10 de fevereiro de 2022, que dá execução à Decisão (PESC) 2015/1333 relativa a medidas restritivas tendo em conta a situação na Líbia JO L 30 de 11.2.2022, pp. 115-116	5902/22 + ADD 1
Regulamento de Execução (UE) 2022/183 do Conselho, de 10 de fevereiro de 2022, que dá execução ao artigo 21.º, n.º 5, do Regulamento (UE) 2016/44 que impõe medidas restritivas tendo em conta a situação na Líbia JO L 30 de 11.2.2022, pp. 1-2	5904/22 + ADD 1
Procedimento escrito concluído em 11 de fevereiro de 2022	CM 1681/21
Declaração conjunta dos ministros dos Assuntos Internos dos Estados-Membros da União Europeia e dos ministros dos Estados membros do Comité Latino-Americano de Segurança Interna responsáveis pela pasta da Segurança – Autorização para negociar um instrumento não vinculativo	5726/1/22 REV 1

Procedimento escrito concluído em 11 de fevereiro de 2022	CM 1671/21
Posição a tomar pela União Europeia no 225.º Conselho da OACI (elementos não abrangidos pelo âmbito do artigo 218.º, n.º 9, do TFUE)	5855/22 ADD 1
Procedimento escrito concluído em 11 de fevereiro de 2022	CM 1648/22
Decisão do Conselho relativa à assinatura, em nome da União, e à aplicação provisória do Acordo sob forma de Troca de Cartas entre a União Europeia e a República da Maurícia relativo à prorrogação do Protocolo que Fixa as Possibilidades de Pesca e a Contribuição Financeira previstas no Acordo de Parceria no domínio das Pescas entre a União Europeia e a República da Maurícia	5656/22
Procedimento escrito concluído em 14 de fevereiro de 2022	CM 1704/22
Autorização para negociar um instrumento não vinculativo – Plataforma Internacional da Crimeia	6099/22
Procedimento escrito concluído em 14 de fevereiro de 2022	CM 1747/21
Posição da UE e dos seus Estados-Membros sobre uma resolução da sessão da Assembleia das Nações Unidas para o Ambiente 5.2 relativa um instrumento internacional juridicamente vinculativo sobre poluição por plásticos	5847/22
Procedimento escrito concluído em 15 de fevereiro de 2022	CM 1679/21
<i>Decisão do Conselho relativa à adesão da União Europeia à Convenção para a Conservação e a Gestão dos Recursos Haliêuticos do Alto Mar no Oceano Pacífico Norte</i> Decisão (UE) 2022/314 do Conselho, de 15 de fevereiro de 2022, relativa à adesão da União Europeia à Convenção para a Conservação e a Gestão dos Recursos Haliêuticos do Alto Mar no Oceano Pacífico Norte JO L 55 de 28.2.2022, pp. 12-13	12617/21 + ADD 1

Declaração do Conselho
O Conselho está empenhado em procurar incluir nos atos legislativos pertinentes da União disposições relativas à proteção dos dados pessoais que serão tratados no âmbito da Convenção e em prosseguir a adoção de novas regras respeitantes a esse tratamento pela Comissão das Pescas do Pacífico Norte, pelo que exorta a Comissão a integrar disposições desse teor nas propostas que apresente na matéria.
Declarações da Comissão

Declaração 1:

No seu acórdão sobre os processos apensos C-103/12 e C-165/12 (Parlamento Europeu e Comissão/Conselho), o Tribunal de Justiça confirmou claramente que as decisões relativas à celebração de acordos de pesca externos são plenamente abrangidas pelo âmbito de aplicação do artigo 43.º, n.º 2, do TFUE (em conjugação com o procedimento aplicável previsto no artigo 218.º do TFUE, ou seja, o artigo 218.º, n.º 6, alínea a), subalínea v), para as decisões sobre a celebração dos acordos) e rejeitou a posição de que tais decisões poderiam ser abrangidas pelo âmbito de aplicação do artigo 43.º, n.º 3, do TFUE. O mesmo se aplica à adesão a convenções multilaterais no domínio das pescas.

No que respeita à Decisão do Conselho relativa à adesão da União Europeia à Convenção para a Conservação e a Gestão dos Recursos Haliêuticos do Alto Mar no Oceano Pacífico Norte, a Comissão lamenta a alteração do Conselho que substitui a base jurídica material do artigo 43.º, n.º 2, do TFUE pelo artigo 43.º (sem indicação de número).

Embora não se oponha à adoção da alteração pelo Conselho por maioria qualificada, a Comissão reserva-se todos os seus direitos nesta matéria.

Declaração 2:

A Comissão considera que a decisão relativa ao depósito, em nome da União, do instrumento de adesão à Convenção para a Conservação e a Gestão dos Recursos Haliêuticos do Alto Mar no Oceano Pacífico Norte deveria referir a pessoa designada pelo negociador. Assim, as alterações ao artigo 2.º, que preveem que o Conselho deposite o instrumento em nome da União, não estão em conformidade com os Tratados.

A decisão relativa à adesão à Convenção para a Conservação e a Gestão dos Recursos Haliêuticos do Alto Mar no Oceano Pacífico Norte deveria indicar que a Comissão deposita, em nome da União, o instrumento de adesão.

O depósito do instrumento de adesão a um acordo internacional é um ato de representação externa da União que, nos termos do artigo 17.º, n.º 1, do TUE, constitui uma prerrogativa institucional da Comissão.

O Tribunal de Justiça sublinhou que uma prática constante de instituições da União que não esteja em conformidade com os Tratados da UE "não pode alterar as regras dos Tratados que as instituições são obrigadas a respeitar" (processo C-687/15 Comissão/Conselho, UE:C:2017:803, n.º 42).

Embora não se oponha à adoção da alteração pelo Conselho por maioria qualificada, a Comissão reserva-se todos os seus direitos nesta matéria.

Procedimento escrito concluído em 17 de fevereiro de 2022	CM 1798/22
Negociações sobre um Acordo provisório de Parceria Económica com o Quênia – Declaração conjunta	6143/22
Procedimento escrito concluído em 17 de fevereiro de 2022	CM 1695/22
<i>Decisão e Regulamento do Conselho relativos a medidas restritivas tendo em conta a situação no Zimbabué</i> Decisão (PESC) 2022/227 do Conselho, de 17 de fevereiro de 2022, que altera a Decisão 2011/101/PESC relativa a medidas restritivas tendo em conta a situação no Zimbabué JO L 38 de 18.2.2022, pp. 5-7	5640/22
Regulamento (UE) 2022/225 do Conselho, de 17 de fevereiro de 2022, que altera o Regulamento (CE) n.º 314/2004 relativo a medidas restritivas tendo em conta a situação no Zimbabué JO L 38 de 18.2.2022, pp. 1-2	5642/22
Comunica-se a seguinte informação à empresa Indústrias de Defesa do Zimbabué, entidade a que se aplicam as medidas restritivas previstas na Decisão 2011/101/PESC do Conselho, com a redação que lhe foi dada pela Decisão (PESC) 2022/227 do Conselho, e no Regulamento (CE) n.º 314/2004 do Conselho, com a redação que lhe foi dada pelo Regulamento (UE) 2022/225 do Conselho, relativos a medidas restritivas tendo em conta a situação no Zimbabué JO C 78I de 18.2.2022	5643/22 + COR 1
<i>Decisão e Regulamento do Conselho que impõem medidas restritivas tendo em conta a situação na Bielorrússia</i> Decisão (PESC) 2022/218 do Conselho, de 17 de fevereiro de 2022, que altera a Decisão 2012/642/PESC que impõe medidas restritivas tendo em conta a situação na Bielorrússia JO L 37 de 18.2.2022, pp. 41-45	14508/21
Regulamento (UE) 2022/212 do Conselho, de 17 de fevereiro de 2022, que altera o Regulamento (CE) n.º 765/2006 que impõe medidas restritivas contra a Bielorrússia JO L 37 de 18.2.2022, pp. 4-13	14506/21

Procedimento escrito concluído em 18 de fevereiro de 2022	CM 1784/22
<i>Decisão do Conselho relativa à posição a tomar em nome da União Europeia no âmbito da 225.ª sessão do Conselho da Organização da Aviação Civil Internacional (OACI) no que diz respeito à adoção de emendas aos anexos 1, 6 a 10, 14 e 17 da Convenção sobre a Aviação Civil Internacional</i> Decisão (UE) 2022/322 do Conselho, de 18 de fevereiro de 2022, relativa à posição a tomar em nome da União Europeia no âmbito do Conselho da Organização da Aviação Civil Internacional (OACI) no que diz respeito à adoção de emendas aos anexos 1, 6 a 10, 14 e 17 da Convenção sobre a Aviação Civil Internacional JO L 55 de 28.2.2022, pp. 47-50	5751/22
Procedimento escrito concluído em 23 de fevereiro de 2022	CM 1857/22
<i>Decisão e Regulamento do Conselho que impõem medidas restritivas tendo em conta as ações da Rússia que desestabilizam a situação na Ucrânia</i> Decisão (PESC) 2022/264 do Conselho, de 23 de fevereiro de 2022, que altera a Decisão 2014/512/PESC que impõe medidas restritivas tendo em conta as ações da Rússia que desestabilizam a situação na Ucrânia JO L 42I de 23.2.2022, pp. 95-97	6493/22
Regulamento (UE) 2022/262 do Conselho, de 23 de fevereiro de 2022, que altera o Regulamento (UE) n.º 833/2014 que impõe medidas restritivas tendo em conta as ações da Rússia que desestabilizam a situação na Ucrânia JO L 42I de 23.2.2022, pp. 74-76	6480/22
<i>Decisão e Regulamento do Conselho que impõem medidas restritivas em resposta ao reconhecimento das zonas não controladas pelo Governo ucraniano das províncias de Donetsk e de Luhansk e a subsequente decisão de enviar forças armadas russas para essas áreas</i> Decisão (PESC) 2022/266 do Conselho, de 23 de fevereiro de 2022, que impõe medidas restritivas em resposta ao reconhecimento das zonas não controladas pelo Governo ucraniano das províncias de Donetsk e de Luhansk e a subsequente decisão de enviar forças armadas russas para essas áreas JO L 42I de 23.2.2022, pp. 109-113	6482/22

Regulamento (UE) 2022/263 do Conselho, de 23 de fevereiro de 2022, que impõe medidas restritivas em resposta ao reconhecimento das zonas dos oblasts ucranianos de Donetsk e Luhansk não controladas pelo governo e à ordem de entrada das forças armadas russas nessas zonas JO L 42I de 23.2.2022, pp. 77-94	6484/22
<i>Decisões e Regulamentos do Conselho que impõem medidas restritivas no que diz respeito a ações que comprometam ou ameacem a integridade territorial, a soberania e a independência da Ucrânia</i> Decisão (PESC) 2022/265 do Conselho, de 23 de fevereiro de 2022, que altera a Decisão 2014/145/PESC que impõe medidas restritivas no que diz respeito a ações que comprometam ou ameacem a integridade territorial, a soberania e a independência da Ucrânia JO L 42I de 23.2.2022, pp. 98-108	6456/22
Decisão (PESC) 2022/267 do Conselho, de 23 de fevereiro de 2022, que altera a Decisão 2014/145/PESC que impõe medidas restritivas no que diz respeito a ações que comprometam ou ameacem a integridade territorial, a soberania e a independência da Ucrânia JO L 42I de 23.2.2022, pp. 114-172	6486/22
Regulamento de Execução (UE) 2022/260 do Conselho, de 23 de fevereiro de 2022, que dá execução ao Regulamento (UE) n.º 269/2014 que impõe medidas restritivas no que diz respeito a ações que comprometam ou ameacem a integridade territorial, a soberania e a independência da Ucrânia JO L 42I de 23.2.2022, pp. 3-14	6458/22
Regulamento de Execução (UE) 2022/261 do Conselho, de 23 de fevereiro de 2022, que dá execução ao Regulamento (UE) n.º 269/2014 que impõe medidas restritivas no que diz respeito a ações que comprometam ou ameacem a integridade territorial, a soberania e a independência da Ucrânia JO L 42I de 23.2.2022, pp. 15-73	6489/22
Regulamento (UE) 2022/259 do Conselho, de 23 de fevereiro de 2022, que altera o Regulamento (UE) n.º 269/2014 que impõe medidas restritivas no que diz respeito a ações que comprometam ou ameacem a integridade territorial, a soberania e a independência da Ucrânia JO L 42I de 23.2.2022, pp. 1-2	6478/22

Projeto de exposição de motivos previstas relativas à pessoa a incluir na lista do anexo da Decisão 2014/145/PESC do Conselho e no anexo I do Regulamento (UE) n.º 269/2014 do Conselho, que impõem medidas restritivas no que diz respeito a ações que comprometam ou ameacem a integridade territorial, a soberania e a independência da Ucrânia	6498/22
Aviso à atenção de Yevgeniy Viktorovich PRIGOZHIN sujeito às medidas restritivas previstas na Decisão (PESC) 2015/1333 do Conselho e no Regulamento (UE) 2016/44 do Conselho, que impõem medidas restritivas tendo em conta a situação na Líbia JO C 88I de 24.2.2022, pp. 5-5	6498/22
Procedimento escrito concluído em 28 de fevereiro de 2022	CM 1899/22
<i>Decisão de Execução e Regulamento de Execução do Conselho que impõem medidas restritivas tendo em conta a situação na Somália</i> Decisão de Execução (PESC) 2022/341 do Conselho, de 28 de fevereiro de 2022, que dá execução à Decisão 2010/231/PESC que impõe medidas restritivas contra a Somália JO L 56 de 28.2.2022, pp. 3-4	6411/22 + ADD 1 + ADD 1 COR 1
Regulamento de Execução (UE) 2022/340 do Conselho, de 28 de fevereiro de 2022, que dá execução ao artigo 12.º do Regulamento (UE) n.º 356/2010 que institui certas medidas restritivas específicas contra determinadas pessoas singulares ou coletivas, entidades ou organismos em virtude da situação na Somália JO L 56 de 28.2.2022, pp. 1-2	6413/22 + ADD 1 + ADD 1 COR 1
Aviso à atenção da pessoa sujeita às medidas restritivas previstas na Decisão 2010/231/PESC do Conselho, executada pela Decisão de Execução (PESC) 2022/341 do Conselho, e no Regulamento (UE) n.º 356/2010 do Conselho, executado pelo Regulamento de Execução (UE) 2022/340 do Conselho, que impõem medidas restritivas em virtude da situação na Somália JO C 101 de 1.3.2022, pp. 1-2	6504/22 + COR 1
Aviso à atenção dos titulares de dados a que se aplicam as medidas restritivas previstas na Decisão 2010/231/PESC do Conselho e no Regulamento (UE) n.º 356/2010 do Conselho, que impõem medidas restritivas em virtude da situação na Somália JO C 101 de 1.3.2022, pp. 3-3	6504/22 + COR 1

Procedimento escrito concluído em 28 de fevereiro de 2022	CM 1944/22
<i>Decisões do Conselho relativas a uma medida de assistência ao abrigo do MEAP para apoiar as Forças Armadas ucranianas e a aprovação de um documento de reflexão</i> Decisão (PESC) 2022/338 do Conselho, de 28 de fevereiro de 2022, relativa a uma medida de assistência no âmbito do Mecanismo Europeu de Apoio à Paz para fornecer às Forças Armadas ucranianas equipamento militar e plataformas concebidos para aplicação de força letal JO L 60 de 28.2.2022, pp. 1-4	6656/22
Documento de reflexão	6661/22
Decisão (PESC) 2022/339 do Conselho, de 28 de fevereiro de 2022, relativa a uma medida de assistência no âmbito do Mecanismo Europeu de Apoio à Paz para apoiar as Forças Armadas Ucranianas JO L 61 de 28.2.2022, pp. 1-4	6658/22 + COR 1
Procedimento escrito concluído em 28 de fevereiro de 2022	CM 1946/22
Decisão (PESC) 2022/337 do Conselho, de 28 de fevereiro de 2022, que altera a Decisão 2014/145/PESC que impõe medidas restritivas no que diz respeito a ações que comprometam ou ameacem a integridade territorial, a soberania e a independência da Ucrânia JO L 59 de 28.2.2022, pp. 1-17	6627/1/22 REV1
Regulamento de Execução (UE) 2022/336 do Conselho, de 28 de fevereiro de 2022, que dá execução ao Regulamento (UE) n.º 269/2014 que impõe medidas restritivas no que diz respeito a ações que comprometam ou ameacem a integridade territorial, a soberania e a independência da Ucrânia JO L 58 de 28.2.2022, pp. 1-18	6630/1/22 REV1

Aviso à atenção das pessoas, entidades e organismos sujeitos às medidas restritivas previstas na Decisão 2014/145/PESC do Conselho, com a redação que lhe foi dada pela Decisão (PESC) 2022/337 do Conselho, e no Regulamento (UE) n.º 269/2014 do Conselho, executado pelo Regulamento de Execução (UE) 2022/336 do Conselho, que impõem medidas restritivas no que diz respeito a ações que comprometam ou ameacem a integridade territorial, a soberania e a independência da Ucrânia JO C 101 de 1.3.2022, pp. 4-4	6660/22
Aviso à atenção dos titulares de dados a quem se aplicam as medidas restritivas previstas na Decisão 2014/145/PESC do Conselho e no Regulamento (UE) n.º 269/2014 do Conselho, que impõem medidas restritivas no que diz respeito a ações que comprometam ou ameacem a integridade territorial, a soberania e a independência da Ucrânia JO C 101 de 1.3.2022, pp. 5-6	6660/22